

Ata Nº 2

-----Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, pelas onze horas e quinze minutos, no edifício da sede da Junta, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Palme, que foi presidida por Natália Queiroz, encontrando-se presentes os seguintes membros: Maria Alice Sá, Marisa Gonçalves, Filipe Rosas, Cristina Costa e Luísa Pimenta. Na reunião não esteve presente o membro Gabriel Martins. Estiveram também presentes todos os elementos da Junta de Freguesia. Uma vez confirmada a existência de quórum, a presidente da Mesa deu início à sessão. -----

-----Após cumprimentar todos os presentes e uma vez confirmada a sua identidade e legitimidade, a presidente da Mesa referiu que a sessão estava dividida em três partes: o período antes da ordem do dia, o período da ordem do dia e o período reservado à intervenção do público.-----

-----A presidente deu início ao período de antes da ordem do dia, dando a palavra aos membros da Assembleia para falarem sobre qualquer assunto que considerassem relevante. Não houve qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia.-----

-----A presidente deu então continuidade à sessão passando ao período da ordem do dia, que foi constituído pelos seguintes pontos:-----

-----Ponto um: Leitura das atas das reuniões da Assembleia de Freguesia de três de setembro e de vinte e dois de outubro de dois mil e dezassete;-----

-----Ponto dois: Análise, discussão e votação dos documentos previsionais para o ano financeiro de dois mil e dezoito;-----

-----Ponto três: Análise e discussão de assuntos de interesse para a freguesia;-----

-----Ponto quatro: Intervenção do público.-----

-----As atas foram lidas pela primeira secretária, Maria Alice Sá. Não se procedeu à votação destas atas por não serem relativas à vigência desta Assembleia, sendo a sua leitura um ato informativo.-----

-----Seguindo a ordem de trabalhos, a presidente da Mesa deu a palavra à presidente da Junta para que fossem apresentados os documentos previsionais relativos ao ano financeiro de dois mil e dezoito. Estes documentos tinham sido prévia e atempadamente fornecidos aos membros da Assembleia de Freguesia. A presidente da Junta começou por apresentar as parcelas relativas às receitas previstas, que totalizam noventa e dois mil euros. Referiu que estas receitas são provenientes do Fundo de Financiamento de Freguesias, das transferências relativas ao protocolo com a Câmara Municipal de Barcelos, de impostos, como por exemplo o IMI e da Componente de Apoio à Família e transporte escolar. Apresentou depois uma previsão das despesas, num total de noventa e dois mil euros. Tais despesas distribuem-se da seguinte forma: cerca de vinte e nove mil e quinhentos euros são despesas com pessoal, sendo oito mil euros para os elementos da Junta de Freguesia, vinte mil euros para o pessoal em regime de tarefa nas escolas e setecentos euros para as senhas de presença dos membros da Assembleia de Freguesia. Para a aquisição de bens e serviços prevê-se uma despesa de cerca de vinte e nove mil e setecentos euros. Nesta categoria de despesas incluem-se por exemplo o combustível e a manutenção da carrinha da Junta, os produtos de limpeza e higiene e os encargos com a manutenção do edifício da sede, as despesas com a água e a eletricidade, o subsídio de incentivo à natalidade e ocasionais doações a instituições sem fins lucrativos e eventuais

pagamentos de taxas de justiça e de honorários de advogados. Neste orçamento está ainda prevista uma parcela para obras que totaliza vinte e um mil e oitocentos euros. A presidente frisou que esta é uma verba claramente insuficiente tendo em conta todas as obras que são necessárias na freguesia, anunciando a intenção de desdobrar contactos com a Câmara Municipal de Barcelos para que sejam financiadas algumas obras diretamente por essa entidade. A presidente referiu que a maior parcela das despesas é a parcela relativa às despesas com o pessoal, cerca de um terço da despesa total. Sublinhou que é uma situação que a Junta se propõe alterar porque considera esse valor demasiado elevado, chamando no entanto a atenção para o facto de ser difícil arranjar pessoas que se disponham a trabalhar apenas as horas diárias necessárias. Evidenciou ainda que a Junta tomou a decisão de aumentar o subsídio de incentivo à natalidade, que nos quatro anos anteriores era de trezentos euros e que agora foi ampliado para quatrocentos euros.

-----Uma vez concluída esta apresentação, a presidente da Mesa deu a palavra aos membros da Assembleia para que colocassem questões sobre a proposta de orçamento da Junta. Não tendo sido colocada qualquer questão, passou-se à votação do Orçamento Previsional para o ano dois mil e dezoito. Este documento foi aprovado com três votos a favor, dos membros Maria Alice Sá, Natália Queiroz e Marisa Gonçalves e três abstenções dos membros Filipe Rosas, Cristina Costa e Luísa Pimenta.

-----Passou-se de seguida ao ponto três da ordem de trabalhos. A presidente da Mesa deu novamente a palavra à presidente da Junta para que fizesse uma exposição sobre as atividades da Junta de Freguesia. A presidente começou por fazer o ponto de situação relativamente ao processo interposto pelo empresário Albino Júnior, que reclamava o pagamento de uma verba relativa a um contrato celebrado com a Junta de Freguesia em dois mil e catorze para a limpeza das ruas e valetas. Este contrato, com a duração de um ano, no valor de sete mil euros mais IVA, não foi cumprido na totalidade por parte do empresário. Na altura, a Junta tinha feito um pagamento parcial de três mil euros. O empresário, apesar de reconhecer que não cumpriu o contrato, exigiu o pagamento da totalidade. A Junta de Freguesia, reconheceu o erro de não ter denunciado o contrato por escrito mas entendeu que não seria justo pagar por um serviço que não lhe foi prestado. O assunto foi levado à Assembleia de Freguesia onde foi discutido e votado. Sendo a Assembleia unânime na decisão de não ser pago o restante valor, aconselhou Junta e empresário a que chegassem a um acordo. O empresário nunca quis negociar e seguiu a via judicial. A audiência decorreu no passado dia treze de novembro, no Tribunal de Barcelos. Acabou por ser alcançado um acordo entre as duas partes. A Junta pagou ao empresário dois mil setecentos e cinquenta euros. A presidente considerou o acordo vantajoso para a freguesia, uma vez que inicialmente o empresário reclamava o pagamento de mais de cinco mil euros. Este assunto ficou desta forma resolvido. De seguida a presidente informou que, no mesmo dia, a Junta foi notificada pelo Tribunal de Barcelos sobre um novo processo, interposto por Célia Martins Faria. A Sra Célia exige o pagamento de dez mil euros por considerar que a Junta de Freguesia é responsável pela falta de água no tanque da Aldeia. Alega possuir uma declaração datada de mil novecentos e oitenta, passada pela Junta de Freguesia de então, que lhe dá posse de uma parte da água da denominada Fonte de Filipe, que abastecia o referido tanque. Declara que a água correu ininterruptamente até dois mil e quinze, altura em que, segundo ela, os trabalhos de recuperação dos estragos causados pelas intempéries de dois mil e treze cortaram o abastecimento de água. Pretende ainda que a Junta faça todas as obras necessárias para que a água volte a abastecer o tanque da Aldeia e o seu próprio tanque. A presidente informou a Assembleia que foram contactadas diversas pessoas que afirmaram que o tanque da Aldeia está sem abastecimento de água há cerca de dez anos. Referiu também que a Fonte de Filipe se situa em terreno particular, não

tendo a Junta de Freguesia qualquer documento que lhe permita tomar posse dessa água. Deu conta de que este processo implicou imediatamente o pagamento de taxas de justiça e de honorários ao advogado, sendo que a eventual realização das obras exigidas pela Sra Célia terá um custo estimado de trinta mil euros. Frisou que para a Sra Célia é fácil processar a Junta de Freguesia, uma vez que pediu apoio judiciário à Segurança Social. Tal apoio foi concedido, o que significa que a Sra Célia não precisa de pagar taxas de justiça nem honorários ao advogado. A presidente continuou depois a sua exposição referindo que estão a contactar os proprietários dos terrenos adjacentes ao campo de futebol no sentido de um possível alargamento. Informou que as respostas têm sido favoráveis, havendo para já apenas a falta de resposta por parte de um dos proprietários. Referiu também que estão a ser desenvolvidos esforços no sentido de melhorar a iluminação do campo. Disse que a Junta continua a pagar a luz e a água das instalações, sendo esse pagamento atualmente feito por débito direto e que continua a ser cedida a carrinha para deslocações da equipa de futebol, sendo o gasóleo pago pela Junta de Freguesia. Informou também sobre vários apoios concedidos pela Junta para diversas atividades na freguesia, como por exemplo o apoio dado para a realização do magusto da catequese paroquial, o apoio dado à organização da festa em honra de Sto André, o apoio à realização de uma oficina de natal na escola e a compra das prendas de natal para as crianças e a aquisição de um mini forno elétrico e de material didático. Informou ainda que o jardim da sede foi remodelado e que o arco de romaria que representou Palme na Festa das Cruzes em Barcelos se encontra agora exposto no adro da igreja. Referiu também que no início deste mandato foram feitos diversos pagamentos referentes a serviços já prestados e que ainda não tinham sido pagos devido à falta de tesoureiro nos últimos tempos do mandato anterior. Disse que a Junta dispõe já de orçamentos para o arranjo de alguns caminhos, cujas obras não foram ainda executadas por indisponibilidade do empreiteiro e que, não havendo dinheiro para proceder ao arranjo de todos os caminhos que necessitam de intervenção, a Junta estabelecerá prioridades, tentando que sejam intervencionados primeiro aqueles que necessitam de obras há mais tempo. Mencionou também que a Junta irá proceder à entrega de dezasseis cabazes de Natal fornecidos pela Tertúlia Barcelense. Esta instituição é apoiada pela Junta de Freguesia com uma doação anual e, na altura do Natal, fornece cabazes a famílias carenciadas de acordo com lista fornecida pela Junta. A este respeito, a presidente solicitou aos membros da Assembleia e ao público presente que informassem a Junta no caso de saberem de alguma família necessitada e que a Junta não tivesse sinalizado para que não houvesse discriminação na atribuição deste tipo de apoios. Terminou referindo que, depois de no passado ser pedida por várias pessoas a colocação de um novo ecoponto e no seguimento de contactos da Junta com a Resulima, foi agora obtida uma resposta favorável, prevendo-se a colocação de um novo ecoponto em Palme brevemente. A presidente da Mesa deu então a palavra aos membros da Assembleia para questionarem a Junta ou tirarem qualquer dúvida que subsistisse. Não tendo nenhum dos membros colocado qualquer questão, a presidente da Mesa tomou a palavra para questionar a Junta sobre o alargamento de um caminho no lugar da Aldeia, que serve a habitação do sr José , que tem problemas de saúde que implicam frequentes transportes em ambulância para tratamentos. O caminho é muito estreito e as ambulâncias têm muita dificuldade para passar. Esta dificuldade foi confirmada pelo membro da assembleia Luísa Pimenta, que já fez o transporte do referido senhor. A presidente da Junta respondeu que esta situação não está esquecida mas que o proprietário do terreno para onde o caminho teria que ser alargado inicialmente teria dito que cedia terreno mas, quando foi contactado pela Junta, disse que não cedia porque tenciona vender esse terreno e que terá que ser o futuro proprietário a fazer essa cedência. Perante isto, presidente da Mesa e restantes membros da Assembleia foram unânimes, pedindo à Junta que continuasse a desenvolver esforços para esse alargamento que consideraram um caso urgente. -----

-----Passou-se então ao ponto quatro da ordem de trabalhos, reservado à intervenção do público. A primeira pessoa a pedir a palavra foi o sr Leonel Gonçalves, que alertou a Junta para a situação existente na Valinha, onde existem duas árvores de porte considerável em risco de cair. Chamou a atenção para o facto de já ter havido um acidente anteriormente e pediu que esta situação seja resolvida de forma a que não se lamente mais tarde a perda de bens ou vidas. Respondeu a presidente da Junta dizendo que essa situação já foi comunicada à Protecção Civil. O sr Leonel continuou a sua intervenção chamando a atenção para a situação de alguns contentores do lixo que muitas vezes estão cheios de lixo que não é próprio daqueles contentores, como por exemplo, restos de material de construção provenientes de obras particulares. Respondeu o secretário da Junta dizendo que já tinha falado uma ocasião com uma pessoa nessa situação que referiu a dificuldade de se livrar desse tipo de lixo. A presidente da Mesa disse que achava que a Câmara disponibiliza contentores apropriados para esse tipo de situações desde que seja contactada para o efeito. Respondeu Cristina Costa dizendo que para que esse tipo de contentores seja disponibilizado é preciso pagar e que é por isso que as pessoas não os solicitam. O sr Leonel referiu ainda que um contentor situado no lugar de Brirães tem muitas vezes espaço mas que as pessoas colocam o lixo ao lado em vez de colocarem dentro. Esse lixo é depois arrastado pela água e acaba depositado nos terrenos adjacentes, causando cheiros desagradáveis e mau aspeto. Respondeu a presidente da Junta dizendo que essa é uma situação que não compete à Junta, sendo uma questão de civismo e bom senso da parte das pessoas. A sra Irene Ramos, presente no público, disse que seria bom se a Junta promovesse algum tipo de sensibilização junto da população.-----

-----De seguida pediu a palavra a sra Irene Silva, para questionar a Junta sobre a colocação de um abrigo na paragem de autocarro na Rua de Palme que serve os moradores de Cessal. Lembrou que esse é um pedido antigo e que ainda não está solucionado, sendo muito necessário neste tempo de inverno. Respondeu o secretário da Junta dizendo que a dificuldade reside no facto de ter que se fazer um muro de suporte para a colocação do abrigo. A sra Irene sugeriu que a paragem fosse mudada uns metros, para perto do sítio onde está o contentor do lixo para que não fosse necessária a construção desse muro. Sugeriu que a Junta negociasse com o proprietário desse terreno para ser encontrada uma solução. Pediu sensibilidade, atendendo aos vários anos de luta para a resolução dessa situação. A presidente da Junta prometeu que este assunto não seria esquecido. A sra Irene questionou ainda a Junta sobre a presença no edifício da sede de um jurista da DECO. Pretendia saber se esse serviço continuará a existir. Respondeu a presidente da Junta dizendo que sim, que uma Jurista da DECO estará presente na sede da Junta todas as primeiras terças feiras de cada mês. A presidente da Mesa referiu que já precisou desse serviço e que foi muito bem atendida e esclarecida.-----

-----O interveniente seguinte foi o sr António Carvalho que declarou que no lugar das Corgas há lâmpadas em falta nos candeeiros públicos, especialmente num que está situado junto ao fontanário das Corgas e que fica muito escuro naquela zona. A presidente da Junta respondeu que já estavam informados dessa situação e que a lâmpada seria colocada brevemente.-----

-----De seguida pediu a palavra a sra Irene Ramos que alertou a Junta para o facto de a empresa que faz a limpeza das valetas utilizar repetidamente herbicidas, quase sempre sem utilizar equipamentos adequados para o efeito. Disse que considera que essa empresa não faz um bom trabalho porque se limita a utilizar herbicida e aspirador para a limpeza das ruas e que esse trabalho podia e devia ser feito de outras formas menos lesivas do meio ambiente. Disse saber que esta é uma questão de civismo por parte da população mas que deveria ser a Junta a dar exemplo de boas práticas. A este respeito, a

presidente da Mesa recomendou que a Junta fizesse futuramente algum tipo de sensibilização junto da população. A sra Irene questionou ainda a Junta sobre as políticas de proteção à natureza, quais as medidas que pretendem implantar nesse sentido, na recuperação de caminhos florestais, na recuperação das fontes e fontanários e para proteção do sobreiro centenário existente no lugar das Corgas. Respondeu a Presidente da Junta dizendo que a Junta está sensível em relação a esse tipo de questões, prometendo futuras ações mas lembrou que neste momento há várias situações mais urgentes para resolver e que a Junta tem que seguir prioridades.-----

-----O último interveniente foi o sr António Faria que falou sobre a ação judicial interposta por Célia Faria, já antes mencionada. Disse que na sua opinião, a Junta deveria pagar à sra Célia o montante que ela exige para evitar que se enveredasse pela via judicial, uma vez que ela tem uma declaração que lhe dá o direito de usufruir da água. Mencionou que durante os trabalhos de recuperação dos estragos causados pelas intempéries alertou um dos membros da anterior Junta que deviam ser colocados os tubos que anteriormente transportavam essa água para o tanque da Aldeia e que a resposta obtida foi negativa, que lhe foi dito que esses tubos não fariam falta. A esse respeito, replicou a presidente da Junta que nunca teve conhecimento dessa conversa e que não podia responder pelo que foi afirmado por outra pessoa. O sr António concordou que não tinha falado disso com a presidente mas continuou a afirmar que os tubos fariam falta uma vez que a atual Junta tinha como promessa eleitoral a recuperação dos tanques públicos e não terá como levar a água até esse tanque. Tomou a palavra a tesoureira da Junta para frisar que a referida água nasce em terreno particular e que a Junta não pode obrigar o seu legítimo dono a ceder a sua posse. O restante público presente, bem como todos os membros da Assembleia discordaram do sr António na sua opinião de ser pago à sra Célia o montante exigido por ela, sendo unânimes na declaração de que há muitas outras prioridades na freguesia e situações onde é muito mais necessário o emprego dos dinheiros públicos. O sr António falou depois sobre a recente colocação de sinais de trânsito um pouco por toda a freguesia, perguntando à presidente quem financiou essa colocação. A presidente respondeu que foi a Junta que pagou esses sinais, no entanto afirmou a necessidade de serem corrigidas algumas situações em que os sinais não estão colocados na devida altura. O sr António disse então que a sua questão não se prendia com essa situação mas antes com a colocação que considera indevida e insultuosa de um sinal no lugar da Aldeia, um sinal de aviso que tem o desenho de uma vaca. A presidente mostrou surpresa perante esta afirmação, declarando que todos os sinais foram colocados segundo o cadastro de sinalização fornecido pela Câmara Municipal. O sr António afirmou que em tempos havia uma sala de ordenha nesse lugar mas que a mesma está encerrada há mais de uma década e que entende que esse sinal não faz lá falta agora, portanto afirma que foi brincadeira a sua colocação. A Presidente negou essa acusação, afirmando que foi seguido o referido cadastro de sinalização, dizendo que se o sinal foi colocado é porque estava mencionado nesse registo da Câmara. Prometeu imprimir esse documento para o entregar ao sr António para que não subsistissem dúvidas sobre esse assunto.-----

-----Não havendo mais intervenções nem assuntos a tratar, a presidente da Mesa deu por encerrada a sessão pelas doze horas e vinte minutos, da qual foi lavrada a presente ata que será assinada pela presidente da Mesa da Assembleia e pela secretária que a redigiu.-----

Presidente *N. S. Queiroz*

Secretária *Ilana Alice Cunha de S.*